

Acción
Realis-
ta

revista
quincenal



A NOSSA SUBSCRIÇÃO

PABA

O Jornal da Acção Realista

aberta por esta revista

Transporte	1.578\$50
Daniel Moraes de Sousa.....	70\$00
Antonio Gonçalves Leitão.....	10\$00
Manuel Barbosa de Queiroz.....	5\$00
Um sindicalista Monarquico.....	5\$00
Luis Gomes.....	5\$00
Alberto Ventura.....	40\$00
Manoel Agostinho.....	10\$00
Carlos Noronha Montanha (Director do <i>Thalassa</i> , de New Bedford).....	180\$00
A. J. Monteiro Morgado (Santos — Brasil)....	750\$00
A transportar.....	<u>2.653\$50</u>

E' com a maior alegria que vimos a nossa subscrição ser augmentada por donativos, uns avultados, outros modestos, mas convencendo-yos todos êles de que a *Acção Realista Portuguesa* é acompanhada por bons e desenteressados portugêses. A nossa obra — a restauração de Portugal — necessita do



AÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR Antonio Ferreira Junior	Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis
--	-----------------------------------	--

A Causa Monarchica

A situação de Portugal é esta : dum lado, a Republica, sanguessuga bulimica sugando os ultimos restos de energia da Nação ; do outro lado, a Causa Monarchica, em tansa banaboia, assistindo á morte da Nação. Dum lado, a Republica, tentando afogar septe seculos gloriosos e formozos, em lama e sangue ; do outro lado, a Causa Monarchica, deixando fazer . . .

Que quer a Causa Monarchica ? Ha mais de um anno que fizemos esta pergunta aos seos altos corpos dirigentes. E os seos altos corpos dirigentes não só nos deixaram sem resposta, mas promoveram contra nós campanhas de desacreditamento. A petulancia, o desafôro, a impertinencia de quem vinha perguntar-lhes qual o objectivo, afinal, da Causa Monarchica, tiveram que ser castigados, na sombra, pelas insinuações, pelos dichotes — o que tudo estaria muito bem se a nossa pergunta tivesse obtido resposta nos factos. Mas não. A minha pergunta de ha mais de um anno está ainda sem resposta. E os que, então, me deixaram só na estrada, a perguntar — «que quer a Causa Monarchica ?», hoje, vêm, como eu, ha mais dum anno, perguntar aos corpos dirigentes da mesma causa : «a Causa Monarchica existe ou não existe ?» Como ha um anno, volto a perguntar : «Que quer a Causa Monarchica ?»

Fazer a Monarchia ? Não me parece. Só são conhecidos dois processos de fazer a Monarchia : ou por um acto revolucionario (revolução ou golpe de Estado) ou por um acto eleitoral. Esperar fazer a Monarchia, em Portugal, eleitoralmente, é uma tolice que nem merece discussão. Fazel-a por um acto revolucionario, não o quer a Causa Monarchica que a toda a hora, a proposito de tudo e a proposito de nada, jura por todos os deoses, que não pensa, não quer fazer uma revolução. Mais ainda ; meia volta, a Causa Monarchica proclama, muito séria, que ainda não soou a hora da Restauração, porque tomar conta do paiz, nesta altura, e no estado em que a Republica o poz, seria a ultima das loucuras.

Então, parece-me que não ha nada mais legitimo do que a minha pergunta : «que quer a Causa Monarchica ?»

Se não quer fazer a Monarchia — que diabo quer a Causa Monarchica ?

A Causa Monarchica, no fim de contas, vive de e para o acto eleitoral. Se a Repu-

ACÇÃO REALISTA

blica resolve suprimir as eleições — o que seria uma grande ideia — a Causa Monarchica fica com as mãos a abanar, sem finalidade, sem razão de ser. Se lhes tiram a eleiçãozinha — era uma vez uma Causa Monarchica em Portugal !

Ora isto não pode continuar, porque o Principio monarchico é uma coisa, e a Causa monarchica é outra, e bem differente. O Principio monarchico é a aspiração nacional, e personifica-o El-Rei. A Causa Monarchica é um grupo de individuos, respeitaveis chefes de familia, respeitaveis conversadores de salão ou de club, pessoas da nossa maior consideração — mas totalmente inaptos para a funcção politica a que se encontram ligados. São, politicamente, mumias. As suas intelligencias crystalisaram. Os seus cerebros são quartos fechados, de janellas fechadas, emperradas, que já não podem voltar a abrir-se. Agarrados á Carta Constitucional, como a lapa ao rochedo, se a gente lhes toca, mais se agarram. E a unica situação que lhes serve é a da contemplação nirvanica, — extatica, inerte. . .

Não lhes fallem em restaurar a Monarchia por esforço proprio, por iniciativa propria, por um acto espontaneo seu, viril, audaz, decisivo. Não lhes fallem nas responsabilidades do Poder, nos sacrificios de intelligencia que as responsabilidades do Poder exigem. Não lhes fallem nisso, que se arriscam a provocar-lhes uma apoplexia fulminante. Elles são capazes de passar annos seguidos no exilio ou na Penitenciaria, por serem monarchicos ; a esse sacrificio não se eximem, porque são pessoas de honra ; mas não lhes peçam mais, não lhes peçam intelligencia, actividade, saber — porque a sua intelligencia está a dormir, a sua actividade está a dormir, o seu saber está a dormir. . . A Causa monarchica dorme. A dormir, vive ; a dormir, morrerá.

A Causa Monarchica é o Conselho Politico. E que é o Conselho Politico ? E' o mais admiravel elenco de inuteis que jámais se constituiu. Pessoalmente, optimas pessoas, — das que têm que perder, daquellas que têm as suas contas em dia, daquellas que não devem nada a ninguem, daquellas que não pedem nada a ninguem, — emfim, pessoas authenticamente, incontestavelmente, inultrapassavelmente pessoas de bem. Mas politicamente inuteis, authenticamente, incontestavelmente, inultrapassavelmente inuteis. Ha meia duzia de mezes, depois dum labor prodigioso, deitou cá para fóra umas Bases de acção politica, ou como melhor devam chamar-se. Um horror, senhores, um horror, as tais Bases ! E o Conselho, cançado, suado, exausto, palpitante do parto difficil, cahio, de novo, espapaçado, inerte, no somno da sua predileção. Organização politica ? Não a temos. Organização financeira ? Não existe. Organização revolucionaria ? E' um mytho. Organização eleitoral ? Uma ficção. Organização de propaganda interna ? Uma mentira. Organização e propaganda externa ? Uma leria. Organização da Assistencia ? E' o martyrio do sr. coronel Alfredo de Albuquerque.

Então que faz esse Conselho Politico ? Dorme e cresce. De vez em quando, pinga um para o Conselho. Hoje, o Conselho tem proporções de mastodonte. Com mais um geitinho, está um Parlamento completo, isto é, o monstro inutil. Quando, ha mais dum anno, fizemos a pergunta impertinente : — «que quer a Causa monarchica ?» o Conselho fez correr que nós pretendiamos entrar para o Conselho.

Dieu m'en garde ! . . .

Na sua myopia intellectual, o Conselho não vislumbra, atravez das nossas palavras

inquieta ou impacientes, das nossas queixas, das nossas sugestões, das nossas críticas, outra coisa que não seja o desejo infantil, se não estúpido, de entrarmos para o Conselho! Politicamente, inutilisavamo-nos. Quanto ao mais, estamos totalmente contentes com o que somos, e muito gratos a Deus por nos ter feito como nos fez. E se El-Rei, por mal aconselhado, nos nomeasse para esse Conselho Politico, dir-Lhe-hiamos com a franqueza com que sempre Lhe fallamos: «Meo Senhor, permita-me que ponha uma condição: a reforma total do Conselho, ou a sua substituição parcial.» Não! Nós não queremos ser do Conselho. Nós queremos apenas restaurar a Monarchia em Portugal. A Restauração da Monarchia é o nosso unico objectivo politico, é a unica determinante da nossa actividade politica. Não vivemos da Causa Monarchica, pois que nem como escriptor monarchico ganhamos cinco réis. O que ganhamos como escriptor, e é da nossa pena que vivemos, não o devemos á Causa Monarchica. Emquanto esperámos que a Causa Monarchica nos desse trabalhos que nos permitissem viver, crivámo-nos de dividas. O que a Causa Monarchica, até hoje, nos deo foi isto: dividas. Saibam-no os profissionais da honra...

Portanto, a nossa aspiração é apenas uma; a restauração da Monarchia. No dia em que nos convenceremos de que a restauração da Monarchia é impossivel, dil-o-hemos ao Paiz, para que não nos accussem de cúmplices de um embuste ignobil. Como não estamos convencidos dessa impossibilidade, trabalhamos para a Restauração.

Trabalhamos conforme sabemos e conforme podemos. Se estivesse na nossa mão organizar a força revolucionaria que tem de proclamar a Monarchia, não hesitavamos um minuto, porque somos dos que pensam que, quanto mais tarde ella se proclamar, peor para o Paiz, dada a maneira catastrophica como a Republica está procedendo.

Mas a Causa Monarchica não entende assim. E dorme, dorme o somno profundo dos que têm lóas digestões e horisontes mentais acanhados. E emquanto a Causa Monarchica dorme, a Republica, senhora da situação, espatifa, na maior das furias, tudo o que encontra de pé, e as centenas de sacrificados, — exilados, viúvas, desempregados, orphãos, gemem, na miseria, na angustia, na agonia, olhando as migalhas que a Assistencia aos Monarchicos lhes proporciona! Por esse Paiz fóra, milhares de soldados monarchicos em cujos corações a fé se não extinguiu, porque ella pôde vencer a acção derrotista e desanimadora da Causa Monarchica, — esperam que os aproveitem. Que faz a Causa Monarchica? Deixa-os ao abandono!

Não tardará muito que a Causa Monarchica se veja sentada no banco dos reus, accusada do crime sem perdão do desleixo a que votou a Nação Portugueza. Pois que se sente no banco dos reus, e que a consciencia nacional, juiz supremo no pleito, a condemne á execração eterna, e á eterna gratidão da Republica. Mas não pense que iremos todos arrastados. Não. A nós não nos leva. A Acção Realista declara já que não entra e não entrará no Conselho Politico, porque a Acção Realista quer fazer a Monarchia, não quer dormir.

Mas então a situação é irremediavel? Não. E' difficil, mas não é irremediavel. Há um anno, quando todos estavamos unidos, era mais facil sahir-se desta *impasse*, deste becco que não é positivamente o becco obsceno do Falla-só, deste abysmo em que estamos mergulhados. Hoje, é mais difficil — mas não é impossivel.

ACÇÃO REALISTA

Se ha um anno, perguntei : «que quer a Causa Monarchica ?», hoje, dou o grito de alerta, para que ninguem me accuse de descuidado.

Não me venham para cá fallar em união, disciplina, obediencia. Não preciso de conselhos. E sei melhor do que os senhores, o que é união, disciplina e obediencia. União — para se fazer a Monarchia ? Disciplina — para se fazer a Monarchia ? — Obediencia — para se fazer a Monarchia ? Prompto ! Ninguem mais unionista, mais disciplinado, mais obediente do que eu. Mas até agora, teem-me pedido respeito pela união — para não se fazer a Monarchia. Têm-me pedido que seja disciplinado — para não se fazer a Monarchia. Têm-me pedido que seja obediente — para não se fazer a Monarchia ! Porque a união que se tem mantido, a disciplina que se tem observado, a obediencia que se tem seguido, só deram este triste resultado : o somno cataleptico da Causa Monarchica ! União, disciplina, obediencia, para a Causa Monarchica apodrecer, dormindo, e para os senhores do Conselho poderem dormir as suas somnecas interminaveis — enquanto o Paiz se afunda sob o punho ignobil da Republica, e aquelles que jogaram tudo pelo Rei e pela Patria, se debatem na miseria e na dôr ? Não, não e não !

Se é para isso que me pedem união, — serei o primeiro dos dissidentes ; se é para isso que me pedem disciplina, — serei o primeiro dos indisciplinados ; se é para isso que me pedem obediencia, — serei o primeiro dos rebeldes. O Principio monarchico é uma coiza ; a Causa Monarchica Portugueza é outra. Identifiquemol-os, — mas sujeitando a Causa ao Principio, e nunca sacrificando o Principio á Causa. O Principio, personifica-o El-Rei. A Causa, personifica-a o Conselho Politico. Entendamo-nos. Estou com o Principio monarchico, não estou com a Causa Monarchica. Porque o primeiro dos meos deveres, como monarchico, é defender o Rei não só dos seos inimigos que o atacam, mas tambem dos seos amigos que o compromettem.

Dizia, outro dia, um jornalista illustre, que, aliás, doutrinariamente, não pensa como nós, que a Causa Monarchica já teve larguissimas ferias de inverno, e que, portanto, não pode dormir em ferias de verão. Pois sim . . . Dormitar, não pode, porque dorme a somno solto.

As ferias de verão estão a passar. A Causa Monarchica prepara-se para se voltar para o outro lado, e entrar no somno tranquillo das novas ferias de inverno. Simplesmente, nós não estamos dispostos a deixal-a continuar a dormir. Em dezembro do anno findo, demos-lhe uma sacudidella que a despertou momentaneamente. Apelou-se, então, para o nosso patriotismo, para a nossa obediencia e para a disciplina. A Acção Realista ficou de atalaya. Tem esperado, com uma paciencia que já passou todos os limites. Pois bem. Ou a Causa Monarchica accorda, e cumpre o seo dever, ou nós a obrigamos a declarar-se fallida. Ha duas revoluçoens a fazer em Portugal : uma, dentro da Causa Monarchica ; outra, dentro do Estado. A Causa Monarchica ainda está a tempo de nos evitar a primeira.

Alfredo Pimenta.

A MONARQUIA

É O VERDADEIRO REGIMEN DO POVO

O «POVO SOBERANO» FOI CREADO À
IMAGEM E SEMELHANÇA DA DEMO-
CRACIA

Dizer ser a Republica o regimen do povo é uma mentira tão evidente como negar a propria realidade. Assim como «la nécessité de la monarchie se démontre comme un théorème», como diz Maurras, outro tanto sucede com o mesmo regimen como o mais zeloso defensor das regalias populares. Seria fastidioso e desnecessario applicarmos a tirania da *nossa* Republica á demonstração deste aparente paradoxo, pois os exemplos são tão numerosos que seria impossivel regista-los todos, sem correr o risco, entre a sua abundancia, de citarmos aqueles que uma melhor contribuição poderiam oferecer á nossa doutrina.

A Republica Portugueza encerra, no conceito falso que faz do povo, aspectos tão interessantes e variados que dariam um ensejo admiravel aos doutores da contra-revolução de a citarem como mais um elemento precioso a favor da obra de reconstrução mental que empreenderam, revolvendo inteiramente a Democracia, que eles consideram, em todas as suas modalidades, a fonte donde provêm as diversas manifestações da dissolvencia social. Têm origem na Democracia: a burocracia, as oligarquias dos partidos e das seitas, a plutocracia, a bancocracia, o *semitismo* e a burguezia liberal que George Valois, no prefacio da recente «Révolution Fasciste» de Pietro Gorgolini, considera como uma das causas principaes do anterior derrotismo italiano.

De resto, destes cancrios sociaes, porque tanto pugnam os interesses republicanos, de que o povo é victima directa e indirectamente, embora sob uma mascara de protecção e de soberania propria, não citaremos todos os efeitos desastrosos que resultam do bolchevismo e do comunismo que tendem forçosamente para a negação do conceito nacional, implicando sempre no povo um despotismo reflexo, aniquilador do direito á felicidade pela harmonia colectiva da Nação.

Se atendermos, muito ligeiramente, no que tem sido a *soberania* do povo portuguez desde o advento do liberalismo constataremos ter sido ele unicamente objecto de situações adversas ao verdadeiro fim que procura atingir por natureza — o seu *bem estar* no seu sentido economico, moral e social. A par de um desenfreado demagogismo da rua, de onde é impossivel a Republica desembaraçar-se, de uma intolerante tirania dos partidos, de uma constante e audaciosa sedição revolucionaria, ele tem sofrido tudo que têm achado *por bem* infligir-lhe, a ponto tal de, como produto natural do proprio regimen, toda a actividade nacional, outr'ora brilhante, se encontrar abandalhada por uma es-

ACÇÃO REALISTA

tagnação criminosa de todos os valores apreciáveis que não encontram ambiente para a sua tão preciosa eficiencia.

Regimen do povo, pelo povo e para o povo ! Que ironia ha nesta fraze com que embalaram o espirito do homem, por natureza submisso á orientação inteligente das *élites* ! O povo, por si, como aspiração natural, nunca desejou, nem muito menos reclamou o direito á liberdade absoluta, á fraternidade universal, á igualdade social. O povo nunca pretendeu o governo de si proprio, nunca lutou pela reivindicação dos *direitos do homem*, nunca exigiu para si a soberania na governação dos Estados. O povo, tal qual o apreçoam os democratas, nunca existiu, pois foi creado á imagem e semelhança da Revolução. E' um agregado de individuos, sciente por natureza do papel secundario que desempenha no concerto social, affecto ao interesse colectivo, submetendo-se, não ás deliberações do maior numero, á quantidade, mas sim á qualidade, que é a grande virtude da politica monarchica. Embora sofra os impulsos da sua psicologia colectiva, não caminha para a rebelião por seu motu-proprio, aceitando sem revolta, e naturalmente, as indicações das aristocracias mentaes e as hierarquias governativas, regeitando até imiscuir-se na *coisa publica* e não tolerando sem protesto a desvirtude dos conceitos populares, repugnando-lhe por instinto tudo que possa ferir o verdadeiro sentido do patriotismo.

E' levado por esse sentimento de submissão e obediencia que o povo aplaude as grandes situações da Historia, nas quaes se revele o prestigio de um só homem que calque aos pés os preconceitos creados á custa das mentiras democraticas.

Os ideologos, os agitadores do espirito e da intelligencia, é que fomentaram a pretenção á *liberdade*, ao *direito*, á *soberania do povo*, a essas mil formulas abstractas da Democracia, que não existem no sentimento popular que sabe bem como elas se desfazem em contacto com a realidade.

A felicidade do povo está na resolução pronta e eficaz da *questão social* e a Republica só a pretende solucionar pela *luta de classes* e pela *acção directa*, origem das atitudes revolucionarias da sociedade que só a pode levar á estagnação economica e á deficiencia da produção, que são já por si a indisciplina social e a desgraça do povo.

OS REIS DE PORTUGAL COMO OS MAIS ZELOSOS DEFENSORES DAS RE- GALIAS POPULARES

Que a Monarquia é o verdadeiro regimen do povo parece um paradoxo, mas é uma realidade, e para o provar poderemos socorrer-nos de inumeros argumentos de ordem sentimental, historica e sociologica.

O Rei é a sintese da Monarquia e os reis de Portugal foram sempre, atravez da sua longa Historia, os grandes protectores das classes populares, não sendo raro encontra-los em muitas situações historicas pugnando pelas liberdades do povo contra os abusos da nobreza.

Se nos tempos presentes, com uma grande dóse de ironia e uma grande parcela de humorismo, costumamos alcunhar os deputados, que pela mentira do sufragio univer-

sal são da Republica, e não da Nação — «pae da Patria», — applicava-o dantes o povo portuguez ao Rei Povoador, para demonstrar sinceramente quanto D. Sancho I se interessava pelas suas regalias. D. Afonso II não hesitou, numa contingencia grave do seu governo, a colocar-se ao lado do povo contra o clero e D. Pedro I levava a sua liberalidade a ponto de dançar na rua com o povo humilde que o idolatrava.

Da mesma fórma, nas antigas Côrtes, se nota como o Rei respeita a vontade do povo e vejamos o que se passou nas Côrtes de Leiria em 1372 que negaram a D. Fernando o auxilio de dinheiro que o Tezouro necessitava, conformando-se o monarca com a deliberação, porque o interesse nacional assim o exigia, apesar de D. Fernando ter usado de medidas altamente proveitosas para o bem estar economico do povo como as *leis das sesmarias* que obrigava a economia agraria ao povoamento, e á cultura intensiva, ao que se opõem na Democracia todos os males provenientes do *absentismo* e do *urbanismo*.

Outro exemplo da consideração que aos reis de Portugal merecia o interesse da Nação e do seu proprio povo temo-lo igualmente nas mesmas Côrtes de Leiria, convocadas por D. Duarte para as consultar sobre se devia ou não fazer entrega de Ceuta aos Mouros, em troca da libertação do infante D. Fernando, seu irmão, ao que se opoz a voz dos procuradores do povo. Ceuta não é entregue e o Infante santo morre martirisado numa masmorra em Fez. Não teria o Rei, escutando antes a voz do coração, o melhor empenho em libertar o irmão do cativoiro ?

Não pediu tambem D. Manuel autorisação á camara da Vidigueira para conferir a Vasco da Gama o titulo de Conde da Vidigueira ?

Extraordinaria dedicacão pelo seu Rei e Senhor tinham os subditos de D. João II que acorreram pressurosos, velhos e adolescentes de todas as classes, ao chamamento de voluntarios, porque não queriam deixar de acompanhar o monarca á Africa para onde ele em pessoa tencionava embarcar para defender uma fortaleza atacada pelos Mouros. Foi este mesmo Rei que mandou edificar o Hospital de Todos-os-Santos, donde mais tarde, no reinado de D. João III, dependiam todos os outros estabelecimentos de caridade, que eram os melhores organizados e mais cuidadosamente administrados de todas as cidades da Europa ; as despezas de que se sustentavam estas instituições saiam das rendas que lhe haviam constituido D. João II, D. Manuel e D. João III. As Misericordias, que na Republica morrem á mingua de protecção, foram instituidas pela Rainha D. Leonor, mulher do primeiro daqueles monarcas, para não citarmos muitos outros hospitaes e outros estabelecimentos identicos saídos do coração e da bondade de muitos reis de Portugal e para bem e protecção do seu povo.

E' bem evidente que os nossos reis e a Monarquia cuidaram sempre com um grande disvelo do seu interesse directo e indirecto pelo povo e mostraram clara e insofismavelmente o respeito em que tinham as regalias das classes populares. São historicas as audiencias que Dom João V dava ao povo para atender as suas reclamações.

Para não citarmos mais notas historicas, o que tornaria demasiado longo este artigo, terminamo-las com esta carta d'El-Rei D. Sebastião, documento assaz precioso e que prova á evidencia quanto o Rei se preocupava com o bem-estar do seu povo.

Carta d'El-Rei D. Sebastião a seus povos :

«Juiz, vereadores e procurador (de tal logar, etc.) Eu el-rei vos envio muito saudar, etc. Quanto mais conhecimento vou tendo das coisas do governo de meus reinos, tanto me parece mais necessario para eles (além da ajuda e favor que para isso devo pedir a Nosso Senhor), fazer muita conta das lembranças e avisos de meus povos e vassallos, fez que vos encomendo muito me aviseis particularmente de tudo o que vos parecer necessario, para bem de meus reinos, assim para a conservação e aumento do culto Divino, que é a primeira e principal obrigação dos reis catholicos, e de que os reis passados meus avós tiveram tanto cuidado, os quaes eu muito desejo imitar e seguir, como tambem para que seja guardada inteiramente a justiça ás partes, e se lhe não faça por meus officiaes, nem por outra pessoa de qualquer qualidade que seja, aggravo nem vexação alguma, principalmente ao povo miudo, e gente pobre de que eu determino ter especial cuidado, e porque além da obrigação que tenho de prover nas coisas da religião christã, e da justiça, desejo tambem pôr em ordem a reformação dos costumes, e de restituir os antigos, a que sou muito afeiçoado, vos encomendo muito me esreveis os meios que vos parecerem necessarios para isto haver efeito, ainda que em alguma maneira pareçam contrarios ao tratamento costumado de minha pessoa e casa, e a meu particular gosto, porque o mor que eu tenho, é prover nas necessidades do meu reino, e vassallos, e de os ter taes quaes são e foram sempre os portuguezes.»

El-Rei Dom Sebastião.

COMO A MONARQUIA ORGANICA RESOLVE A QUESTÃO SOCIAL E COMO PROMOVE O BEM-ESTAR DAS CLASSES POPULARES

E' sabido que o Parlamento, na Republica e na Democracia, com os seus partidos e as suas clientelas politicas, pela ficção do sufragio universal, não é a representação integral da Nação e do povo, porquanto são creações abstractas saidas da chamada opinião publica que não existe verdadeiramente e que nós consideramos como a base fundamental da Revolução. Se assim é, os representantes parlamentares não saem do verdadeiro seio da opinião nacional e do povo, mas antes de castas cerradas, de seitas e de oligarquias politicas e governamentaes que, acima do bem da Nação e do interesse colectivo, põem o culto das suas ambições e das regalias individuaes.

Nas Côrtes Geraes da Monarquia Integral e Organica figuram os delegados directos de todos os interesses nacionaes, do verdadeiro povo em suma, pela representação corporativa da Inteligencia, do Trabalho e do Municipio, delegados cuja funcção representativa pode ser indicada pela eleição dos diversos órgãos nacionaes, que é eficaz quando usada em esfera restricta e quando para eles ha o interesse directo e o resultado immediato da sua missão.

E' assim que a representação dos Municipios, que são uma das bases da Monarquia Organica e Anti-Parlamentar, em logar dos circulos eleitoraes, obedecem a um interesse colectivo, regionalista e economico, em vez de serem o joguete do caciquismo e do influente politico que, sob ameaças de toda a ordem e pelo suborno, levam o povo, contra sua vontade, a lançar a lista na urna para satisfação de fins politicos inconfessaveis. Por seu turno os Municipios não serão compostos por individuos abusivamente ahí introduzidos violentamente pelos partidos politicos, como na Democracia, mas por delegados dos diversos organismos administrativos (freguezia e sindicatos commerciaes, industriaes e agricolas, etc.) que façam parte integrante da Municipalidade.

Com respeito ás classes operarias, que para a Democracia constituem, por um criterio apenas revolucionario, a sintese do povo, vejamos o que a Monarquia Organica promove em seu beneficio directo, sem citarmos outras regalias de interesse comum, impossiveis de enumerar e de que beneficiam pela harmonia colectiva da Nação.

Para a Republica o povo trabalhador e *oprimido* foi apenas um pretexto de que ella se serviu para propagar a indisciplina social de que tirou os seus resultados para consentir a hegemonia burgueza e a plutocracia financeira. Foi assim que ella atirou com as classes populares e proletarias para as pugnas vergonhosas das eleições e dos partidos, contrariando o seu bem-estar economico e profissional, a troco de umas mais que apparentes regalias politicas que não podem oferecer resultados satisfatorios, devido ao povo sofrer os efeitos da anarquia social e da incompetencia politica da Democracia. A precaria vida economica da Nação, a juntar á propaganda sovietica, sem quaesquer elementos de defeza legal, levaram o operariado inconsciente e já imbuido de politica, a cair fatalmente nas aspirações de character extremista, proclamando a necessidade urgente da comuna e a adaptação violenta do bolchevismo russo.

Ao sindicalismo revolucionario e politico, ao comunismo, opõe-se na Monarquia Integral o Sindicalismo Organico sem a luta de classes, de maneira a promover o desenvolvimento economico geral e o amor á profissão que a Revolução Franceza destruiu, pelo decreto de 14 de Junho de 1791 que extinguiu as corporações d'artes e officios e que prohibiu igualmente a reunião de mais de vinte individuos da mesma profissão para deliberarem em comum. Foi assim que o operario, até então organizado por sindicatos profissionaes, se tornou o escravo da burgueza que deu origem á rivalidade entre patrões e trabalhadores, em logar de uma mutua corporação que pudesse equilibrar a produção e o consumo.

A Monarquia Organica pretende uma adaptação ás antigas corporações no que diz respeito ao sindicalismo operario, que na antiga Monarquia era constituido pela federação nacional dos artifices, divididos por 12 grandes officios, cada um dos quaes enviava dois delegados ao orgão superior do trabalho — *a casa dos vinte e quatro* que era tão ciosa das suas regalias que, pretendendo certo dia um delegado do Rei intervir em qualquer deliberação, lhe foi mandado dizer que, se *a casa era dos vinte e quatro, não podiam lá caber vinte e cinco*. Nesta ordem de idéas, os sindicatos profissionaes gozarão de uma perfeita autonomia, tendo em mira unicamente o desenvolvimento economico, o equilibrio dos interesses entre o capital e o trabalho e o amor pela profissão.

Como nos *foraes* se condensavam as regalias municipaes, na legislação dos sindi-

ACÇÃO REALISTA

catos profissionaes se reuñem as regalias das classes trabalhadoras pelos graus diversos da aprendizagem tecnica, pela harmonia do operario e do patrão, pela aquisição sem intervenção de terceiros da materia prima ou finalmente por uma afinidade estreita entre os dois elementos aparentemente antagonicos, o Capital e o Trabalho, funcionando por contractos colectivos, para o mesmo objectivo — a produção.

Para concluirmos, a Monarquia terá como cupula suprema um Rei que governe, integrado no interesse da Nação e que, escolhendo fóra das indicações partidarias os seus ministros, assistido por conselhos tecnicos especializados, terá fatalmente que velar e ser o primeiro a proteger o bem-estar do seu povo com o qual nas Córtes Geraes, onde terão representação todos os órgãos da actividade nacional (delegações provinciais, municipais, corporativas, etc.) ele estará numa colaboração mais ou menos intima para o preciso prestigio da Monarquia e da Nacionalidade.

Finalmente, as virtudes da Monarquia Organica efectuarão o equilibrio social entre todas as classes da sociedade, fortalecendo a familia, prestigiando a autoridade, estabelecendo o civismo, dando á Igreja a liberdade necessaria, educando os costumes, espalhando a moral, promovendo a prosperidade financeira da Nação, etc. que são, em suma, as condições necessarias e imprescindiveis para o bem estar do povo, de maneira que as suas regalias são forçosamente o resultado logico e perfeito de toda a harmonia nacional.

Laertes de Figueiredo.

ÉCOS

Extrema-direita e extrema-esquerda

E' as vezes com assombro, outras com desdém e enfado, que ouvimos chamar-nos — a extrema direita. Nunca é inutil persistir em emendar esse erro, que um vicioso preconceito parlamentarista alimenta. Essa distribuição de ideias politicas e sociaes em extrema direita, centro, e extrema-esquerda, nasceu com os regimes liberaes, — e basta este facto, esta suspeita genealogia, para immediatamente esclarecer o criterio que a domina. Só parlamentarmente, segundo a visão obtusa dos que defendem o Parlamento e a opinião publica, se pode justificar um pouco que nos coloquem, sem a nossa consulta previa, na extrema direita. E imaginem os velhotes do Parlamento que nós, iludindo todas as suas expectativas, nos fossemos sentar na extrema-esquerda? De tal maneira nos é indifferente esses preconceitos parlamentares, de que nos achamos completamente livres, e tão profundo é em nós o desejo duma renovação social e politica, que crie um novo Estado e uma ordem social humana, cristã, e nacionalista, — que nós nos achamos em qualquer lugar do hemiciclo na mesma attitude de revolta e de combate.

E' ridiculo que continuem a chamar-nos a extrema direita. Se nos chamarem, pelo contrario, a extrema esquerda, tambem encolheremos os ombros com um sorriso... A nossa doutrina é, como toda a gente sabe, monarchica e anti-parlamentarista. Negamos os regimes de opinião publica, — em que assenta essa classificação de direitos e esquerdas, e que arquitetou esse hemiciclo, onde se faz discursos sem ideias nem utilidade. Defendemos, pelo contrario, o regime monarchico, anti-parlamentar, em que a opinião publica não pode intervir, porque nós sabemos positivamente como esta se fabrica e o que vale. Desprezamos as maiorias, — a legitimidade das maiorias para ditarem a sua vontade como a pseudo vontade nacional. Para nós, o Estado deve ser orientado pelo principio da salvação publica e do interesse nacional. Quantas vezes este interesse e a necessidade de medidas de salvação publica são adversas à vontade da maioria e à anarchica e descerebrada opinião publica! Nós temos lugar dentro do hemiciclo demo-liberal, — como revolucionários. Se um dia pensarmos ir ao Parlamento e vencermos, a nossa attitude será a de combatente contra a instituição parlamentar. Não será bem um mandato eleitoral, como julga a constituição, mas um posto de combate, uma barricada, conquistada dentro da própria fortaleza liberal. Falaremos em nome da nação, em nome da Patria, do nosso Passado e do nosso Futuro, — contra os partidos, contra as extremas direitas, o centro, e a extrema

esquerda. Aos liberaes o que lhes pertence! De boa vontade os deixaremos ocupar, segundo os matizes da sua opinião, o hemiciclo. Nós, que estamos fora do liberalismo, seremos, em qualquer lugar desse arcaico hemiciclo, adversarios temiveis do Parlamento, e defensores da nação que erguem bem alto a fé na nossa Patria martirizada.

Mais outra revolução...

Fecha esta quinzena com uma tentativa de revolução. E' sina da nossa desgraçada terra! Na anarchia, que a democracia desenvolve e estimula, os partidos, que logicamente se deviam limitar à urna e ao voto e ao cacique, tentam assaltar o Estado pela bomba e pelo tiro. E, no entanto, a nação fica inerte, assistindo com desprezo e repugnancia a esta barbaria politica. Novamente perguntamos: que queria fazer essa horda revolucionaria recrutada entre os radicaes, que ninguem sabe bem o que pensam e o que projectam? Dentro da democracia, não ha um pensamento politico e social nitido. E' tudo confusão, obscurantismo intelectual, e só existe uma mistica barbara, nebulosa, sem horizontes claros. No entanto, nós continuamos a proclamar: temos um objectivo positivo, uma finalidade, construtiva, que é a nação. Queremos que ela viva em toda a plenitude, e que da sua substancia se construa o Estado. Por isso é com revolta e piedade que assistimos à anarchia dos partidos, onde a Patria se dilacera. Dessa revolta nasce um novo entusiasmo no nosso combate. Preparêmos a nossa revolução, — a revolução de Portugal! Espalhemos a elevada e nobre ideia nacionalista. Que a fé illumine o nosso caminho — e saibamos esperar com uma confiança serena e viril!

Para o que serve a Causa Monarchica

Do orgão officioso da Causa Monarchica, «Correio da Manhã», transcrevemos este trecho do irristissimo apelo da *Assistencia aos Monarchicos*, que diz mais do que tudo o que é e para que serve isso a que se chama Causa Monarchica:

«Uma carta, porém, ainda não ha muitos dias recebida d'um dos nossos correligionarios proscriptos veiu tiral-a das suas perplexidades — pois é preciso que os monarchicos saibam o que se passa e que a Comissão varra a sua testada!

Diz, entre outras coisas, essa carta:

Até aqui para me poder aguentar e não incomodar a ninguem fui vendendo e empenhando o que tinha. Já vendi tudo o que herdei de meus paes e d'um tio. Agora já não tenho mais nada

que vender nem que empenhar e com o subsídio que me mandam não posso viver.

Para maior infelicidade ha muito que soffro e não me tenho podido tratar por falta de meios, sentindo-me peiorar dia a dia.

Ahi tem a minha situação com toda a verdade e que não sei como resolvel-a.»

Politica Italiana

Mussolini, afinal, continúa no poder. E' este o unico argumento, forte e claro, que se pode lançar à cara dos que barafustam ignaramente nas colunas de certos jornaes, a sôlido da maçonaria e de certos interesses internacionaes, subterraneos e escuros. O celebre ditador italiano, que tem sabido manter-se, sobre a tempestade das oposições, vem provar assim que a sua politica não é orientada por um mesquinho interesse de grupo ou de partido, que se abandona momentaneamente, para em ocasião oportuna, no jôgo da intriga de facções, impô lo á nacionalidade. O que o orienta é a ideia de Patria, o sentimento augusto do engrandecimento da Italia, o interesse superior da nação. Por isso, da sua boca saem combativas palavras de patriotismo, e o caracter puramente nacional da sua politica, êle o tem demonstrado continuamente. Ainda ha pouco Mussolini declarou que «queria agrupar em volta do fascismo todos os valores nacionaes e todas as competencias» E ainda acrescentou, duma forma incisiva: «Considere-se bem que todos os meus discursos tem constituído oferecimentos sinceros de colaboração. Considero-me o servidor da nação e não o seu senhor.»

Estas simples frases de Mussolini esclarecem os seus intentos nacionalistas.

Na verdade, tem sido inuteis as campanhas da opposição italiana e da maçonaria para explorar o assassinato de Matteoti e fazer deste crime a causa da ruina do fascismo.

Mussolini, com uma energia de ferro, soube impor-se, — impondo a lei. Os assassinos de Matteoti foram entregues o Poder Judicial. Ponha-se em confronto este caso, a maneira como foi resolvida esta delicadissima questão, com a miseravel indulgencia de certas republicas para com os assassinos, seus adeptos. As ditaduras não são assim más, anti-humanas e discricionarias como as apresentam certos cretinos liberaes. Pelo contrario, vê-se que, em ditadura, a lei tem um valor augusto e que o seu poder é claro, superior, imperturbavel. A Liberdade, com L grande, não a esfarrapa...

Ainda, dentro do fascismo, é curioso notar o seu movimento sindicalista. Sabe-se que existem muitos sindicatos de operarios fascistas, — que os comunistas olhavam como traidores á propria causa dos operarios. Pois, ultimamente, o fascismo acaba de provar que é uma doutrina e uma politica nacionaes e que não se curva deante dos interesses particulares que hostilizem a nação.

Os mineiros de Valdrano proclamáram-se em greve para que certas reivindicações justas fossem satisfeitas. O fascismo apoiou-os — e mesmo enviou-lhes um subsídio de 30:000 libras. Do jornal

fascista *Nuovo Paese* transcrevemos dum artigo acerca desta greve, o seguinte: «Mantem-me imutável o estado de espirito da burguezia italiana. O capital não se reconciliou e não quiere reconciliar-se com a Pátria.»

E, para terminar, arquivemos aqui umas fortes palavras de Mussolini, em que ressalta o principio de colaboração que deve existir entre operarios e patrões, em vista do superior interesse da produção. Discursando aos mineiros de Monte Aniato o ditador italiano disse:

«Os industriaes não devem desejar que os operarios vivam numa situação precaria, mas tambem os trabalhadores não devem exigir á industria sacrificios impossiveis.»

Assistencia aos Monarquicos

A «Assistencia aos Monarquicos» acaba de lançar um angustioso apelo a todos os nossos correigionários, chamando-lhes a atenção para a situação em que se acham muitos dos que tem combatido pela causa sagrada da nossa Patria, que se identifica com a causa da Monarquia. A apatia miseravel, o sôno egoista em que caiu a maioria dos que se dizem monarquicos, esquecendo as responsabilidades de sacrificio e de patriotismo que sôbre êles pezam por essa profissão de fé no nosso futuro, creou uma atmosfera criminosa de indiferença em volta dos nobres sacrificados da Monarquia. Isto não pode continuar assim! São a nossa honra, o nosso patriotismo, a nossa fé no principio monarchico, que se revoltam e gritam contra o comodismo, a indiferença egoista, e o desleixo de tantos monarquicos que, sendo ricos, nada dão aos que se sacrificam e, num contraste cinico, gastam dinheiro com festas e assignaturas do S. Carlos! Isto tem de acabar! Despertemos da sua indiferença os monarquicos bons, mas sem espirito combativo. Comuniquemos ás suas almas a nossa isenção patriotica, o nosso espirito de sacrificio e de combatividade e esse sentimento de fraternidade portugêsa entre todos os que se expõem e dão o seu sangue pelo regate da nossa querida terra! Chegámos ao momento em que é necessário extremar campos. Dentro da Monarquia só tem lugar os que combatem no jornal, na conferencia e na rua, os que se sacrificam, os que combatem, — e a grande massa dos que nos acompanham e cumprem o seu dever honestamente.

Auxiliemos a «Assistencia aos Monarquicos», — levemos até junto dos que se esqueceram das suas vantagens pessoas e se sacrificáram, todo o nosso solidariedade moral e material. Contra a apatia e a indiferença de muitos monarquicos, clama todo o sangue derramado pela nossa Causa!

Lutoosa

Estão de luto os nossos illustres amigos srs. major Carlos Maria de Sepulveda Velozo, Júlio de Melo e Matos e capitão Gastão de Matos. Acompanhando os na dôr por que acabam de passar, enviamos aos nossos admirados camaradas no combate pela Monarquia tradicional os nossos mais sentidos pêsames.

Mais literatos verdadeiros

Numa «Conferencia que devia ter sido mas não foi realisada no Brasil» mas que, como tal, foi publicada na revista do Rio de Janeiro «O Mundo Literario» e que se intitula «A verdadeira literatura portugêsa» esqueci muito propositadamente alguns nomes de consagrados e quasi todos os novos. Quanto aos consagrados ou semi-consagrados, com raras excepções que em tempo relevarei, nada tenho a dizer. Quanto aos novos, devo explicar que, se os esqueci foi porque, na sua maioria, a simples citação dos seus nomes nada significava para os brasileiros e para nada servia a eles proprios. Com effeito, alguns porque as suas obras não interessam a um publico para este caso estrangeiro, outros porque não tenham ainda uma obra, precisavam duma explicação ou só podiam merecer uma afirmação tão pessoal como indemonstravel que não cabiam, ambas, no ambito duma conferencia, de resto breve. Mas para que os interessados não possam supor que os estimo ou considero menos aqui fica esta apostilla que para sempre ficará ligada á conferencia em questão. Nela falei, dentre os que se podem chamar novos, quer dizer, os que vieram para as letras de 1910 para cá, de Mario Beirão, Antonio Sardinha, João de Castro, João de Lebre e Lima e Carlos Lobo de Oliveira; e citei Mario de Sá Carneiro, Antonio Ferro, Carlos Selvagem, Afonso Duarte, Luís de Almeida Braga e Manuel de Figueiredo. Não vou explicar agora aqui a razão porque o fiz, pois ela se depreende bem claramente do texto da conferencia. Digo-o apenas por uma questão de lialdade, visto a conferencia ser quasi desconhecida em Portugal.

Escrevo este artigo tendo ao meu lado dois livros que são o testemunho nobilissimo de duas gerações de heroes e de escritores que, para remissão da França, souberam defender e cantar as suas virtudes religiosas, morais e espirituais. Um é «Les voix qui crient dans le désert» de Ernest Psichari, o outro é «La guerre a vingt ans» de Philippe Barrès; aquele contrariando as ideias de seu avô, Renan; este seguindo as lições de seu pai, Maurice, discípulo purificado do grande perturbador da «Prière»; ambos luctando e escrevendo pela França tradicional que o autor de «Les Amitiés françaises», mestre de ambos, lhes ensinou a amar. São duas gerações que esses livros representam, a geração de Marrocos que foi morrer no Marne e a geração de 1914 que foi triunfar na Champagne; ambas filhas dessa geração que messianicamente esperou salvar a França com Boulanger. Uma foi ainda a sacrificada que não pode vêr a victoria, a outra é aquela que veio assistir á rialisação da profecia feita por Maurice Barrès ao seu filho:

«Les Français seront vainqueurs . . . » «le jour que tu seras grand».

E eu penso no destino que espera a minha geração, tão mal orientada por vezes mas por outras tão consciente do caminho nacional a seguir. Será ela ainda uma geração de sacrificio pela boa causa ou, pior, uma geração sacrificada pela má orientação? Ou será, então, esta, a geração reservada para a suprema alegria de vêr Portugal victorioso, não já dos alemães, mas dos maus portugêses? Quem sabe? E eu fico a pensar, enquanto da rua veem os acordes da «Portugêsa», tocada á guitarra, e logo um fado, choro e gemebundo.

Quiz o destino juntar em cima da minha mesa alguns livros de novos; um da geração que nos precedeu, «Fogo sagrado» de Garcia Pulido; os outros, «Mulher de ben-

cam» de Antonio Alves Martins e «Ritmo de bilros» de Artur Maciel, da minha geração. Da estante trouxe para aqui alguns outros da geração a que pertenço: — «Infanta» de Manuel de Figueiredo, «Roteiro das saudades» de Carlos Lobo de Oliveira e «Dom Sebastião» de Correia da Costa. Se eu tivesse aqui a «Epopéia maldita» de Antonio de Cer-tima, «O seiscentismo em Portugal» de Manuel Múrias e o «Fialho de Almeida» de Cas-telo Branco Chaves, ante mim teria, nas suas ultimas manifestações, a minha geração.

Pena é que esta geração, tão cêdo empolgada pelo desejo de publicidade, se tenha depois deixado ficar perdida em «plaquettes» que não se guardam e nada guardam do talento dos seus autores. E' por isso que, certeza para os que os conhecem, João Cabral do Nascimento e Luís de Montemor, dois poetas com logar de honra marcado, são para o publico dois desconhecidos. O mesmo diria de Ernesto Gonçalves na prosa se este não tivesse tido, com inveja o confesso, a inteligencia de saber esperar. Mas chegou a altura em que um e outros devem, por meio dum *livro*, tomar conta dos seus logares. E então se verá que esta geração possui um poeta de rimas classicas duma alta belesa, um lirico cheio de inspiração e um prosador de estilo elevado ao serviço dum pensamento nacio-nal. Eles são três das minhas maiores esperanças na geração a que pertenço. Tenho fé que hão-de ser, para toda a gente, uma certesa. Mas podia eu cita-los no Brasil? Parece-me que não. Ainda agora, em Portugal e nesta revista em que posso dizer o que quero, eu pergunto a mim mesmo se devo ou se serve para alguma coisa, até para eles proprios, citar tantos e tantos nomes de rapazes com qualidades literarias e mesmo com talento que não teem ainda um livro, ou, então, teem livros sem pensamento nacional. Parece-me ainda que não. Mas espero que, se não concordarem, o tomem como um erro e nunca como uma falta de lialdade, acuzação que não merece quem, como eu, só deseja que a sua geração brilhe e triunfe o mais possivel.

Um dia, Alvaro Maia convidou-me a depor no inquerito que, começado a aparecer no «Diario de Noticias», deve aparecer completo em volume por toda a proxima epoca literaria. Se eu me não tivesse escuzado a faze-lo pela falta duma obra que me dêsse autoridade e, mais do que a amisade, justificasse a minha incluzão entre os escritores e artistas consultados, eu teria, entre outras coisas, dito que cria absolutamente no valor da minha geração e dela esperava uma acção benefica nas nossas letras e no nosso país.

Cria e creio absolutamente que ela tem contribuido já e hade continuar a contribuir para a nacionalisação de Portugal. E' esse o seu papel e a fonte mais profunda da sua ins-piração. Somos os herdeiros duma geração que no solo da raça buscou a nascente de onde corre o veio de agua que alimenta a geração anterior á nossa e que, sua continuadora, a nossa deve tornar um rio.

Ha quem esqueça nesta geração esse dever de nacionalismo que sobre ela impende? Ha, mas aqui temos nós na geração anterior um que o sofrimento lançou para o mar da duvida e da descrença. Poeta do desespero, Garcia Pulido, colocou-se assim fóra daquela fé e daquela esperança em Deus e na Patria que foi o timbre escolhido pela sua geração e pela nossa aceite. Com magua o digo, porque no autor já amargurado do «Nos braços da cruz» me acostumei de ha muito a admirar um dos nossos mais brilhantes poetas novos.

Ao contrario, em Antonio Alves Martins, em Artur Maciel, em Manuel de Figuei-redo e em Carlos Lobo de Oliveira, a fé e a esperança, ás vezes ligadas á saudade e á dôr

do exílio, são notas que o seu lirismo não deixa de vibrar. Propositadamente liguei estes quatro nomes, primeiro para que no exemplo de Artur Maciel e de Carlos Lobo de Oliveira, Antonio Alves Martins veja que nunca ha *farça* no que os novos fazem por amor de Portugal; depois porque a prosa de Artur Maciel, e de Manuel de Figueiredo fica bem entre a poesia do autor da «Anunciação» e da do «Roteiro das saudades». Quem conhecer de Manuel de Figueiredo a «Oração da raça» e, sobretudo, um livro fora do mercado, «Paineis de lenda», e agora leia o formosissimo livro de Artur Maciel encontrará em ambos afenidades cuja origem não será difficil apontar. Poesia em prosa, prosa que por vezes é verso e tão impregnada de amor pela terra e pela tradição facil é vêr, na forma, a influencia de Antonio Patricio, na inspiração, o exemplo de Antero de Figueiredo. Mas, apesar disso, quão diversos no fundo e quão originaes esses dois inspirados poetas da nossa prosa, artistas dos mais belos desta geração.

Antonio Alves Martins e Carlos Lobo de Oliveira são dois dos mais inspirados temperamentos liricos da geração. Não digo os mais inspirados não por causa de Correia da Costa, poeta no «Dom Sebastião» e critico no «Eça, Fialho e Aquilino» que eu considero, sobretudo um joalheiro da prosa, como o demonstrará o seu futuro livro «O esplendor das coisas», e de Antonio de Certima, poeta tambem nas «Bôdas de vinho» mas, mais do que nada, prosador cheio de força como o demonstra a «Epopeia maldita» não por causa desses, dizia, mas porque ha poetas como Antonio Ferreira Monteiro e Angelo Cesar que eu conheço mal e outros que eu não conheço nada.

Ao lado de Manuel Múrias, filologo, e de Castelo Branco Chaves, critico literario, ponhamos a obra de critica politica de Rollão Preto, de Caetano Beirão e de João de Castro, a obra folclorica de Luís Chaves, a obra de compilação de Fernando Campos e a de vulgarização de Fernão da Vide e teremos a prova de que a geração possui um corpo de doutrinas e é capaz de produzir outras obras que não sejam só de literatura. O livro de Antonio de Certima, de resto, prova, mais uma vez, que esta nossa é uma geração feita para a lucta e já ha muito provada nela. Unico livro que, com a «Tropa d'Africa» de Carlos Selvagem, a guerra de Africa nos deu, a «Epopeia maldita» estou certo que ficará como o mais sofrido, o mais doloroso e o mais vibrante documento literario, que a guerra deu a Portugal. E só pela razão de que Antonio de Certima é o unico soldado que sabe falar e a sua vizão da guerra é a unica que não é de oficial.

Eu espero poder juntar um dia a esta lista os nomes de Artur de Oliveira Ramos, espirito pedagogico, de Celestino Soares, espirito organisador, de Antonio Rodrigues Cavalheiro, espirito investigador, e os de jornalistas como Reinaldo Ferreira, que, pelo seu espirito imaginativo, pode dar-nos nma obra de novelistica interessantissima. Mas já que citei este ultimo, fóra como está da nossa orientação nacionalista, citarei tambem Mario Saa que, nos seus livros de erudição e, sobretudo, em «A invasão dos judeus», faz obra nacional; Antonio Ferro que, só pelo seu modernismo, nos pode ser contrario, e João Ameal e Luís de Oliveira Guimarães que, só pela sua galanteria, nos podem parecer prejudiciais. Isto sem pôr de parte alguns que pessoalmente eu considero e estimo mas que pela sua orientação anti-religiosa ou anti-social não veem para aqui e outros que agora fora de todo o proposito me tenham esquecido. Aqueles ficarão para outro sitio, estes para uma futura palinodia.

José Osorio de Oliveira.

O REI

COMENTARIO ÁS «CARTAS D'EL-REI
D. CARLOS I A JOÃO FRANCO»

O Rei é o governante supremo da Nação, é Ele quem escolhe livremente os homens que hão de gerir os negocios publicos, e assim é Ele que ha de ouvir as grandes queixas dos erros da governança, que a elas responderá e lhes procurará remédio.

E que grande figura de Rei se não revela, ergue e toma vulto, nas quatorze cartas de D. Carlos I, agora publicadas, que são a demonstração das virtudes da Realeza, embora exaltadas e engrandecidas pelas qualidades pessoas do monarca : uma intelligência muito viva, uma nobre coragem e uma grande bondade !

Por volta de 1906, as queixas contra a administração publica, teem-se repetido frequentemente, e em tom cada vez mais duro e violento. Ainda que uma Constituição nefasta o mande reinar, tirando-lhe ao mesmo tempo todos os meios para o poder fazer, o Rei resolve aproveitar uma oportunidade, e vai diligenciar que se trilhe caminho diferente.

Ha um partido novo que acaba de fazer uma intensa propaganda pelo Paiz, prometendo satisfazer, dentro das Instituições, o que a opinião reclama.

O Rei que conhece, tem seguido e se tem interessado pelas afirmações feitas, e n'elas põe uma larga esperança, manda chamar o chefe d'esse partido e encarrega-o de formar governo. É n'este ponto tocante a carta que D. Carlos dirige a João Franco e de que destaco a seguinte passagem :

« . . . e desejando eu que n'este momento te encarregues da formação do novo ministerio, desejo que venhas falar-me, logo possas, e quanto mais cedo melhor.

Ha muito a fazer e temos, para bem do Paiz, que seguir por caminho diferente d'aquela trilhado até hoje ; para isso conto contigo e com a tua lealdade e dedicação, como tu podes contar com o meu auxilio e com toda a força que te devo dar. »

Aqui, cada palavra tem uma intenção precisa, perfeitamente definida. O Rei decidiu não ser mais o autómato que a Constituição assignala, e quer, para bem do Paiz, que se siga por caminho diferente. E ao homem que chamou para governar, assegura-lhe lealmente todo o auxilio e toda a força que **deve** dar-lhe.

O Rei quiere que *n'esse momento* João Franco constitua ministerio. Ha um outro partido que se propõe governar, mas esse tinha sido um dos agentes dos erros de que o Paiz se queixava, e não dava esperanças de remediar a situação. Do outro lado apresentava-se um novo grupo politico, prometendo novos processos de administração, moralidade e parcimo-

nia na gerencia financeira, desenvolvimento do exercito e melhoria dos varios serviços de utilidade publica. É um tal programa, assegurado por politicos novos de merito e boa vontade, que põe do lado de João Franco : Gama Barros, Fialho d'Almeida, Ramalho Ortigão, Eugenio de Castro, José Maria Rodrigues, Gomes Teixeira, Antero de Figueiredo, Teixeira Lopes ; que agremia e põe em actividade os 10.000 socios dos Centros franquistas de Lisboa ; que lhe torna favoravel uma boa parte da opinião do Paiz. É este tambem o homem que o Rei vae encarregar de constituir ministerio, afastando delicadamente o chefe dos regeneradores.

E, iniciado o governo, em todas as cartas se revela a identificação do Rei com a obra que se está tentando, o seu caloroso empenho em que se desenvolva e firme uma administração feita com seriedade e economia, o seu grande amor ao Paiz.

Na carta II diz o Rei :

«Desde que felizmente tu nada sofreste pessoalmente, ¹ e nenhum ferimento houve de gravidade, a minha opinião é que coisa alguma de maior sorte poderia ter sucedido ao governo em prol das ideias que desejamos levar ávante, e que cada vez me convenço mais que são as unicas que conseguirão fazer alguma coisa d'este nosso tão bom, mas até hoje (poenitet me) tão mal tratado Paiz.»

Que contraste tão violento, entre o amor do Rei á terra que o viu nascer, tantas vezes afirmado no decorrer d'estas cartas, e a calumnia republicana de que o monarca martirisado chamava á sua patria uma piolheira !

Nos ultimos tempos do seu reinado, D. Carlos mostra um interesse tão grande pelos negocios publicos, um tão alto patriotismo, que vai até ao ponto de lhes sacrificar a propria vida.

Na carta IV escreve El-Rei :

«...mas essa propaganda (*a propaganda republicana*) tenho a firme certeza de que não resistirá a uma maior do que essa, que é a de *uma administração séria e regrada* ; essa é a maior e melhor arma que podemos empregar contra eles e... contra todos aqueles que, com os mesmos ou diversos fins, se querem opor á marcha do governo.

A administração e a marcha geral do governo á qual tenho dado e darei a minha inteira, completa adesão, e todo o meu apoio, já lhe teem ganho muito na opinião.

É continuarmos pois no mesmo caminho, sem provocações nem arrojões, para termos sempre a razão pelo nosso lado, mas com a mesma firmeza e leal-

¹ Com os tumultos provocados pela jacobinagem n'uma sessão de propaganda no Centro Regenerador-Liberal de Alcantara.

darle para com o Paiz, que temos tido até agora. Firmeza e coragem não faltam nem a ti nem aos teus colegas, o meu apoio sincero e leal, para seguir n'este caminho, *é e será completo e absoluto.*

Já t'o disse e repito-o, podemos ter *todos* momentos desagradaveis, e já os temos tido e provavelmente ainda os teremos, mas sem eles a nossa tarefa seria ingloria ; e quando chegarmos ao nosso almejado resultado, bemdiremos então esses momentos de amargura, que retemperaram e aumentaram as nossas forças. Sem luta não ha prazer em vencer, e a vitoria sem combate, e combate sério, nunca é uma vitoria duradoura, e nós o que ambicionamos, tanto tu e os teus colegas como eu, é fazer obra que fique. Se lá chegarmos e assim o espero e creio firmemente, poderemos dizer, pondo de parte a modestia que : «bem merecemos do nosso Paiz».

Aqui se condensa o programa do Rei e n'esta carta estremece, franca, sólida e patriótica, a energia da Função Régia. Embora cruelmente manietado por uma Constituição que o afasta dos fins para que foi creada a sua magistratura, o Rei tem resolvido desempenhar o seu cargo de verdade, tanto quanto as circunstancias lh'o permitem.

Serve-se ainda d'um partido politico, quer viver com o parlamento, n'algumas cartas fala com interesse das eleições, mas não devemos esquecer que se estava em 1906, o que quer dizer que as ideias contra-revolucionarias estavam muito longe da expansão que logram hoje, que os processos dominantes de governar eram bem diferentes d'aquelles que a moderna sciencia politica aponta. Ao contrario, n'essa epoca, as ideias revolucionarias dominavam as gerações e subiam óvantes o ramo ascendente da sua curva. Mas as secretas energias da função da Realeza, a necessidade que a impele a procurar o Bem Publico, aqui se revela com clareza, quando o monarca diz o que quer : «uma administração séria e regrada» e garante que «o seu apoio sincero e leal, para seguir n'este caminho, é e será completo e absoluto».

Provindo ainda do mesmo poderoso motor é o impulso que o faz dizer que a sua vontade «é fazer obra que fique». Alem das razões de ordem patriótica, mesmo insensivelmente, pelo facto da hereditariedade da magistratura regia, por motivos pessoais, é proprio dos reis desejarem fazer trabalho que fique.

Com efeito, a sua obra politica constitue a parte mais importante da herança que legam a seus filhos.

É esta coincidência do interesse pessoal com o interesse nacional, uma das mais acentuadas vantagens da Realeza.

Na carta V escreve El-Rei :

«Nós queixamo-nos, e n'isso não somos senão o eco da opinião geral, de que as Camaras e sobretudo a Camara dos Pares teem gasto imenso tempo e pouco teem produzido. Ora se^{ra} isto vamos juntar uma nova discussão do discurso da Corôa, porque terá de a haver, a mez e meio de distancia d'esta que acabou agora, não será isto contraproducente e não virá isto a juntar elemen-

tos ao desprestígio do Parlamento e tirar força á nossa obra, que é querer governar na legalidade e com o Parlamento ?

.....
 Governe-se com o Parlamento, é esse o meu maior desejo, mas para isso é necessario que ele tambem faça alguma cousa. *É preciso obras e não palavras.* De palavras, bem o sabemos, está o Paiz farto. Não quer discussões politicas das quaes pouco ou nenhum bem lhe virá, o que quer é que se discuta administração, que se discutam medidas que lhe sejam uteis. Assim poderá o Paiz interessar-se pelo parlamento ; com discussões de méra politica, interessará os amadores de escandalos varios, esses sim, mas fará com que a parte sensata e trabalhadora do Paiz se desinteresse por completo d'aquilo que para nada lhe servirá.»

Envolvido na engrenagem parlamentar como Chefe de Estado constitucional, o Rei procura que se governe bem, em colaboração com as Camaras, no entanto depressa a força inelutavel das realidades se encarregará de lhe mostrar a impossibilidade do problema.

«*Obras e não palavras. De palavras, bem o sabemos, está o Paiz farto. Não quer discussões politicas das quaes pouco ou nenhum bem lhe virá, o que quer é que se discuta administração.*»

Pedir a uma assembleia de algumas dezenas de homens, obras e não palavras, pedir a uma assembleia de politicos, administração em vez de discussões politicas, é pedir-lhe o impossivel, é querer encontrar o ouro na algibeira d'um miseravel. Cêdo o Rei d'isso se convencerá, e entre os dois termos antinomicos : governar bem ou ter aberto o parlamento, ele em breve se pronuncia. Na carta IX dizia o monarca :

«entendo que este governo não póde cair e eu farei tudo o necessario para o conservar.»

e realmente teve que fazer o necessario para o conservar. A tal se refere o Rei na carta XI :

«Mas a minha carta ao Hintze não condena em absoluto as dictaduras. Dizia que n'aquela momento as não achava convenientes, o que não quer dizer que n'outros, e este é um d'eles eu não as aceite e, o que é mais, até as ache convenientes e necessarias. E ainda que eu tivesse declarado o contrario, diria que não é homem de Estado, nem sabe servir o seu Paiz aquele que julgando ter afirmado um erro, se não penitencieie d'ele e não esteja prompto, reconhecendo-o, a seguir caminho diverso que julgue mais oportuno e conveniente.

Quanto ás tuas afirmações . . . prováste á *saciedade*, que as quizeste seguir, déste uma sessão parlamentar, nunca vista, mas chegáste ao fim, como chegaram todos aqueles que estão de sangue frio e não levados por mesqui-

nhas considerações pessoais ou partidarias, convencido que não era d'ali que poderia vir o restabelecimento da disciplina social, nem o renascimento do nosso Paiz.

N'este sentimento acompanha-te, acompanha-nos, por certo grande parte do Paiz; deixemos, pois, falar quem fala e continuemos serenamente, com calma, mas com firmeza a nossa obra. N'este caminho encontrarás tu e os teus colegas todo o meu apoio, o mais rasgado e o mais franco, porque considero que só assim, dadas as circunstancias em que nos encontramos, poderemos fazer alguma coisa boa e util para o nosso Paiz.

Que tremendo libelo contra o parlamentarismo não encerram estas cartas! O Rei quiz governar com o parlamento, a sua correspondencia é d'isso testemunho flagrante Mas ao fim de pouco, a desoladora evidencia dos factos, é esta :

«Não era d'ali que poderia vir o restabelecimento da disciplina social, nem o renascimento do nosso Paiz.»

Esta conclusão tem um altissimo valor que é preciso focar intensamente. Ela é o comentario de quem está por cima das lutas politicas e das pugnas das facções : É uma conclusão do Rei. E não venha dizer-se que o Monarca estava enfeudado a um partido.

Isso é pôr a questão fóra do seu meio.

D. Carlos, pelas imposições da Carta Constitucional esteve durante longo tempo afastado do governo do Paiz, cumprindo o nefasto dogma liberal : *o Rei, reina, mas não governa!*

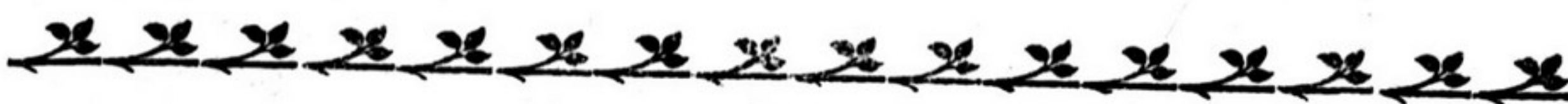
Comtudo ouviu as queixas da opinião, tornadas cada vez mais insistentes, mais energicas, mais justas. Ha um momento em que já não é possivel continuar a ser o automato que a Constituição ordena e o Rei decide intervir.

Não é a ambição do mando, que não era natural que apenas nascesse depois de 27 anos de reinado, e cujos prazeres não compensariam as dificuldades e os perigos d'uma tal attitude, tão graves como o tempo demonstrou, mas é, sim, o sentimento das responsabilidades que lhe cabem por ser Rei, não aquele rei decorativo inventado pela Carta, mas o Chefe da Monarquia que vive em estado cataleptico dentro do soberano constitucional, e que acorda por vezes, quando as realidades logram impôr-se ao anestésico creado pela tarmacopêa liberalista.

E o Rei intervem com os unicos elementos que lhe podiam permitir «seguir por caminho diferente d'aquela trilhado até hoje».

(Continua)

Luiz Costa.



apoio de todos os que amam, acima de tudo, a nossa Patria. Nacionalistas verdadeiros, para nós o Rei ocupa, dentro do Estado, o lugar superior donde a Nação pode ser regida com patriotismo, isenção do espirito de seita, e com um alto pensamento português. Monarquicos — compenetrai-vos bem das responsabilidades que peçam sobre todos vós! Nós não somos um partido. Queremos restaurar a Nação por meio da Monarquia e da autoridade redentora do Rei. Devemos a nossa Patria tudo o que éla exigir: trabalho, auxilio maternal — e o proprio sacrificio de nossas vidas! Monarquicos, despertai! A vossa sonolencia é uma traição à Patria. Preparêmos a vitoria! Espalhêmos a ideia de salvação e restauração da nossa Patria! A publicação dum diário representa uma necessidade vital para o nosso movimento. Que todos os monarquicos concientes, que todos os verdadeiros portugueses vejam a necessidade imperiosa da publicação dum diário que lute pela Patria — por Portugal! — contra os partidos, contra os elementos desorganizadores da Nação!

O nosso apêlo tem sido ouvido — em terras portugêsas e mesmo no estrangeiro por patricios nossos. Do Brasil e da America do Norte chegam-nos donativos e palavras de fé e de patriotismo. Solidários na fraternidade do combate, preparêmos a vitoria com uma máscula confiança.

Por Portugal!

Pelo Rei!

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Lama

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020

A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

*A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL.***

*A constituição d'umas **CORTES GERAES** representativas dos interesses da **EGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO.***

UM REI** que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE:

*Emfim **A RESTAURAÇÃO** d'uma **MONARQUIA** liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL.***

Monarquicos! Inscrevei-vos

na

Acção Realista Portuguesa

Rua da Barroca, 59, s/loja - LISBOA